

O Papel do bibliotecário na sociedade brasileira

The librarian's role in Brazilian society

MURILO BASTOS DA CUNHA *

Formação do bibliotecário brasileiro desde a criação do curso de biblioteconomia da Biblioteca Nacional até nossos dias, visando atender às necessidades do mercado de trabalho. Órgãos reguladores da profissão e sua legislação. Fatores tecnológicos, econômicos, políticos e sociais responsáveis pela criação de sistemas nacionais de informação.

1 — O BIBLIOTECÁRIO BRASILEIRO

Antes de analisarmos o papel desempenhado pelo bibliotecário na sociedade brasileira, temos de conhecer, mais profundamente, algumas características do profissional, isto é, qual o seu tipo de formação, sua distribuição pelos diversos Estados e o exercício da profissão.

1.1 — *A formação profissional*

Em relação às suas congêneres norte-americanas e inglesas, a Escola de Biblioteconomia começou um

* Bibliotecário do Ministério das Minas e Energia e Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia.

pouco tarde no Brasil. Foi através do Decreto nº 8.835, de 1911, que se criou, dentro da estrutura organizacional da Biblioteca Nacional, o primeiro curso de formação regular de bibliotecários. "O segundo curso foi criado em São Paulo e pode-se dizer que foi o primeiro a ministrar disciplinas com enfoque mais moderno, tendo em vista a influência norte-americana recebida" (1), em contraposição ao Curso da Biblioteca Nacional cuja influência era predominantemente francesa.

A partir da década de quarenta o número de cursos de biblioteconomia foi bastante ampliado. Em 1942 foi criado o curso da Bahia; em 1945, o de Campinas; em 1947, o do Rio Grande do Sul e em 1950 o de Pernambuco. Hoje contamos com 29 cursos de graduação distribuídos em 15 estados da Federação (ver Anexo nº 1).

Com a necessidade de suprir a demanda de docentes mais qualificados e de profissionais que possuíssem nível maior de especialização, foi iniciada, em 1970, a pós-graduação no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), antigo IBBD. Em 1976 foi criado o Curso de Mestrado em Administração de Bibliotecas na Universidade Federal de Minas Gerais; em 1977, mais dois cursos de mestrado, na Universidade de Brasília e na Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Como se pode depreender, as Escolas de Biblioteconomia estão, atualmente, preocupadas em formar um tipo de profissional que atenda às necessidades advindas do mercado de trabalho. A respeito desse assunto é bom mencionar que o currículo mínimo de Biblioteconomia, aprovado em 4 de dezembro de 1962 pelo Conselho Federal de Educação está, já há algum tempo, sendo estudado pelas várias escolas, sob a coordenação

da Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD), no sentido de ser atualizado. Novas disciplinas deverão ser inseridas para acompanhar a modernização e evolução da Biblioteconomia. A definição deste novo currículo deverá considerar a necessidade de equilíbrio entre as disciplinas tradicionais, como a catalogação e classificação, e as modernas técnicas de administração, indexação, processamento automático da informação e estudo de usuários.

O novo currículo deverá ir de encontro às necessidades, cada vez mais amplas e diversificadas, da demanda no mercado de trabalho do bibliotecário.

1.2 — *Exercício da profissão*

Através da Portaria nº 162, de 7 de outubro de 1958, do antigo Ministério do Trabalho e da Previdência Social, foi que a profissão de bibliotecário se enquadrou como profissão liberal.

Entretanto, só quatro anos depois é que aconteceu o grande marco de reconhecimento da profissão de bibliotecário através da promulgação da Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962. Esta Lei veio regular o exercício da profissão, definindo as atribuições e criando conselhos para fiscalização do exercício profissional. Sua regulamentação foi realizada através do Decreto nº 56.725, de 16 de agosto de 1965, e, em dezembro do mesmo ano foi realizada a primeira eleição do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB).

O CFB com intuito de dinamizar a fiscalização do exercício profissional, criou dez Conselhos Regionais de Biblioteconomia (ver anexo nº 2) que são os órgãos operacionais encarregados de fazer cumprir os diplomas legais no que concerne à profissão de bibliotecário no País.

Assim, de acordo com o que preceitua a legislação, a designação profissional de bibliotecário é privativa dos bacharéis em Biblioteconomia e o exercício da profissão, em quaisquer de suas modalidades, só é permitida aos profissionais registrados em Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRB).

Para acompanhar o desenvolvimento social, técnico e científico da nação a legislação bibliotecária precisa ser atualizada. Para tanto, o CFB criou uma comissão com intuito de estudar os itens que deverão sofrer processo de revisão e atualização. Mas, ao nosso ver, não adianta a existência da mais bem elaborada legislação se o bibliotecário, por si próprio, não se imbuir da sua função social e de seu importante papel a desempenhar perante a comunidade a que serve. Através de bibliotecários conscientes e atuantes em seus verdadeiros papéis é que seremos, de fato, reconhecidos como um dos grupos de profissionais que suprem a necessidade social de informação, de forma eficaz.

1.3 — *Mercado de trabalho*

Uma profissão nasce, cresce, evolui ou desaparece. É o ciclo da vida que se reflete com todos os seus matizes no processo histórico. A profissão do bibliotecário nasceu e está galgando, aos poucos, o patamar do reconhecimento por parte da sociedade porque existe uma necessidade social a ser cumprida. A sociedade em que está inserida qualquer profissão devolve à mesma o seu reconhecimento através da elevação de seu "status" ou de seus níveis salariais, à medida que suas (da sociedade) necessidades vão sendo satisfeitas.

Acreditamos não ser possível negar que o bibliotecário está paulatinamente sendo valorizado pela so-

cidade brasileira. Esta valorização, ao nosso ver, é ocasionada por uma série de fenômenos que tentaremos analisar mais adiante.

Pode-se afirmar, sem sombra de dúvida, que a procura de bibliotecários no mercado de trabalho é ainda insatisfeita. Podemos admitir que o atual "deficit" de profissionais seja da ordem de 20.000 bibliotecários, baseado em estudo elaborado em 1973(2). Admitimos contraposição a esta afirmativa por existirem alguns profissionais desempregados no Rio de Janeiro ou em São Paulo. Todavia, não há uma crise de desemprego de fato, ou seja, um desemprego generalizado. Mesmo com a atual conjuntura econômica, nitidamente de desaceleração, a procura de bibliotecário é ainda grande. Não podemos, por outro lado, esquecer o sombrio quadro de que, em algumas unidades da Federação, como Roraima, Acre, Amapá, Rondônia e Fernando de Noronha não existe nenhum bibliotecário registrado (ver anexo nº 3). Ao passo que, em Alagoas, Mato Grosso, Santa Catarina, Goiás, Rio Grande do Norte, Piauí, Espírito Santo e Sergipe a relação bibliotecário/população é bastante baixa, ultrapassando a casa dos 500.000 habitantes para cada bibliotecário, como são os casos de Mato Grosso (1 534.325) e Alagoas (1 624.233).

A análise do mercado de trabalho do bibliotecário nos apresenta alguns indicadores interessantes:

I — segundo pesquisa realizada em 1975 por professores da Universidade Federal de Minas Gerais — UFMG (3), o exercício da biblioteconomia tem ainda uma grande característica de profissão feminina. Dos diplomados pela UFMG até então, cerca de 99% era composto de bibliotecários do sexo feminino. A característica feminina irá refletir nos baixos níveis de perspectivas salariais.

II — Apesar de, em termos globais, o bibliotecário brasileiro ser ainda um profissional jovem, ele não tem a mobilidade social necessária ao preenchimento de empregos em outras cidades ou Estados, mesmo sob boas condições salariais. Por ser jovem, acreditamos que o seu grau de ambição deveria ser mais aguçado. Constituem exceções, das quais temos conhecimento, os casos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que tem conseguido preencher vagas de bibliotecários nos seus diversos centros de pesquisas localizados no interior brasileiro, e dos ex-alunos da Escola de Biblioteconomia de São Carlos (São Paulo) que são encontrados trabalhando em diversos Estados brasileiros.

III — Os bibliotecários, em geral, se preocupam com a atualização profissional. Tal fato é diagnosticado pela procura de cursos de atualização promovidos pelas várias associações e por ocasião dos congressos nacionais.

IV — Já está havendo procura, bastante acentuada, para os profissionais que possuem a titulação de mestre ou doutor em Biblioteconomia ou Ciência da Informação, como também para especialistas nas áreas de automação de bibliotecas, bancos de dados bibliográficos, planejamento bibliotecário e construção de bibliotecas.

O número de bibliotecários tem crescido, no período de 1973/77, a uma taxa média de 13% ao ano e, a se manter esta percentagem, levaremos cerca de sete anos para resolver o "deficit" de 1977, isto é, somente em 1984 conseguiremos ultrapassar o montante de 27.000 profissionais. Pelo anexo nº 4 podemos visualizar a evolução do número de profissionais nos diversos Estados, destacando-se os crescimentos

em Goiás (500%), Piauí (400%) e Santa Catarina (233%), ao passo que, em alguns Estados, o crescimento foi bastante inferior à média nacional (66%), a saber: Bahia (19%), Pará (21%), Rio Grande do Sul (26%) e Paraná (31%).

2 — O BIBLIOTECÁRIO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Nosso país tem passado, nos últimos anos, por uma série de transformações que tem reflexos em todos os campos da sociedade. Passaremos a analisar alguns fenômenos que, ao nosso ver, afetam mais de perto o bibliotecário.

2.1 — *Urbanização acelerada*

Até algum tempo atrás o crescimento da população de um país era considerado uma “benesse” divina. Hoje, entretanto, é fato causador de grandes preocupações nos dirigentes nacionais, sendo polêmica a discussão do controle de natalidade. Entretanto, parece existir uma completa unanimidade quanto ao crescimento desordenado do número de habitantes, do qual o melhor exemplo é o reflexo na urbanização acelerada ou a “inchação” das cidades, prejudicial à sua vida normal.

No Brasil, na década de quarenta, dois terços da população viviam nas áreas rurais; em 1970, mais da metade já estava residindo em aglomerações urbanas e, daqui a menos de três anos, já em 1980, cerca de 64% da população brasileira será urbana (4). Sem entrarmos na discussão do mérito do controle da natalidade o que nos interessa, no momento, é visualisarmos quais os impactos que essa urbanização acarretará na política bibliotecária.

Assim, os dirigentes das cidades e regiões metropolitanas deverão incluir nos projetos urbanos — além

de novos conjuntos habitacionais, viadutos, escolas e outros equipamentos — também a biblioteca pública. Neste ponto cumpre ao bibliotecário a defesa da necessidade de maiores investimentos por parte do governo na melhoria e ampliação das redes de bibliotecas públicas. O bibliotecário tem o relevante papel de alertar as autoridades para a importância da biblioteca como centro provedor de informações para a comunidade; ele também deve engajar-se na luta para a melhoria da situação cultural brasileira pois, segundo levantamento efetuado para o Conselho Federal de Cultura (5) em 1972, cerca de 48% (n=1897) dos municípios brasileiros não possuíam nenhum órgão cultural — estação de rádio, televisão, imprensa periódica, cinema, teatro, museu ou biblioteca — e que existia biblioteca em somente 24,2% (n=959) dos municípios.

Felizmente, no que tange a alguma mudança na triste realidade, é necessário ressaltar o recente lançamento do Sistema Nacional de Bibliotecas, sob a responsabilidade do Instituto Nacional do Livro (INL). Apesar de considerarmos que, para objetivos nacionais tão amplos, os investimentos previstos em recursos humanos necessários à gerência do Sistema são muito escassos, acreditamos que a nova política adotada redundará em melhores resultados. Ao invés de doar, indiscriminadamente, livros às bibliotecas municipais, como vinha fazendo desde 1937, o INL pretende “implantar em cada Unidade Federada um Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, os quais, em conjunto, comporão o Sistema Nacional. O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas terá como órgão central coordenador o INL, e, como órgãos coordenadores em nível estadual, as bibliotecas públicas estaduais” (6). Feliz-

mente, após 34 anos, a biblioteconomia brasileira vai adotar uma idéia lançada pelo nosso mestre Rubens Borba de Moraes que já afirmava, em 1943: “necessitamos é de um sistema de bibliotecas, trabalhando em conjunto, umas suprimindo as deficiências das outras, cooperando” (7).

A implantação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas é um grande desafio para os bibliotecários brasileiros pois, apesar de conhecermos as vantagens de se trabalhar sob a forma sistêmica e cooperativa, ainda não temos o suficiente “know-how” para gerir um sistema de tal porte. Precisamos levar, de fato, o livro e outros tipos de documentos à população, especialmente aquela carente de recursos materiais. A biblioteca pública precisa perder a sua imagem de instituição que está a serviço somente das classes média ou alta; de mudar sua postura estática esperando o usuário e ir até eles, especialmente dos que nunca utilizam a biblioteca (não usuários) ou não podem comprar livros; de possuir em seu acervo, além dos livros, discos, fitas magnéticas, cassetes, brinquedos, jogos e outros tipos de objetos ou documentos. Precisa também alterar a filosofia rígida e ultrapassada dos regulamentos, onde quase tudo é proibido, para transformar-se num local agradável, tanto para uma pesquisa bibliográfica, como para uma leitura recreativa ou mesmo servir como instrumento de lazer.

No ritmo trepidante existente na maioria dos aglomerados urbanos, a biblioteca precisa utilizar-se também dos meios modernos de publicidade para divulgar seus serviços e conhecer as necessidades de seus usuários. Caso contrário, cada vez mais ela será esquecida, tendo em vista principalmente o crescimento de utilização dos meios de comunicação “quentes”, como o rádio e a televisão.

2.2 — *Mudança na economia*

A economia brasileira a princípio totalmente dependente dos produtos agropecuários onde pontificaram o pau-brasil e a cana de açúcar — passou para o ciclo de mineração, entrando há 150 anos atrás no ciclo do café. A partir de 1930, pode-se afirmar que iniciou, de fato, o ciclo da industrialização, primeiramente marcada pela produção de bens visando à substituição de importações e, no momento, pela necessidade de exportação para ingresso de mais divisas.

A opção política de conquistar o mercado internacional para os produtos brasileiros está mostrando aos dirigentes a necessidade de se equiparem com sistemas de informação, a fim de que o empresariado nacional possa enfrentar a competitividade, cada vez mais acirrada, existente no comércio exterior. Assim, esses sistemas de informação são alimentados com dados sobre evolução do consumo, dos preços, dos fretes, etc. Muitos desses dados são extraídos de documentos impressos, contando, quase sempre, com a colaboração de bibliotecários.

Por outro lado, a evolução do sistema econômico forçou alterações na estrutura organizacional das instituições, tornando cada vez mais complexo o trabalho de gerir os negócios. Já estão surgindo em algumas empresas brasileiras o que se denominou de Sistema de Informação Gerencial (Management Information System-MIS), onde, além dos dados comuns inerentes à vida econômico-financeira da empresa, poderão ser acoplados dados bibliográficos que possibilitarão maiores opções para a decisão gerencial. Este também é um campo bastante recente, onde os bibliotecários poderão dar sua colaboração, tendo em vista, principalmente, o seu tipo de formação acadêmica. Aliados aos espe-

cialistas da área de processamento de dados, os bibliotecários poderão colaborar na tarefa de implantação dos bancos de dados, tão em voga nos meios empresariais.

Para exercerem bem o seu papel no âmbito das instituições econômicas e industriais, os bibliotecários precisam abandonar alguns mitos que aprenderam nas escolas de biblioteconomia. Num ambiente de alta competitividade, onde a rapidez de resposta é a tônica, o bibliotecário não pode perder tempo com inúteis detalhes técnicos, como por exemplo: margem correta dos dados numa ficha, utilização de sistemas ultrapassados de classificação através de tabelas, onde, nem sempre, a totalidade dos assuntos de interesse da instituição está incluída; pesquisa de datas de nascimento e morte do autor, e tantos outros exemplos já por demais conhecidos em nosso meio. No ambiente empresarial, o livro nem sempre é o principal tipo de documento a ser processado pelo bibliotecário e, muitas vezes, nossos colegas perdem tempo precioso processando esse tipo de material bibliográfico em detrimento dos relatórios técnicos, do controle de tabelas estatísticas, dos catálogos comerciais ou dos documentos importantes gerados dentro da própria empresa.

A verdade é que nem sempre as bibliotecas e os centros de documentação e ou informação podem ser organizados através de fórmulas padronizadas ("receitas de bolo") aprendidas nos bancos escolares. Aqui é que entram a responsabilidade e a criatividade do profissional: ele deverá ter o completo domínio dos objetivos da instituição e das necessidades específicas de cada usuário (ou grupos de usuários), pois a biblioteca será visualizada pelos dirigentes como um centro de custo normal, tal como o setor contábil, de pessoal ou industrial. A biblioteca empresarial, como qualquer

outra vinculada a instituições de grande decisões, deverá ser ágil, dar resposta rápida no momento preciso, enfim, tentar colaborar para o bom desempenho da instituição.

Nós, bibliotecários, deveremos nos imbuir da necessidade de termos sempre em mente o custo de nossos serviços e trabalharmos também com parâmetros que nos possibilitem, quando necessário, avaliar o nosso produto.

Acreditamos que, à medida que a economia brasileira se moderniza, os bibliotecários serão chamados, cada vez mais, para auxiliar na difícil tarefa de gestão das organizações, suprimindo a demanda de informações.

2.3 — *Evolução científica e tecnológica*

Historiadores da ciência, como Solla Price, (8) afirmam:

1º — o número de cientistas existentes na atualidade é talvez semelhante ao número que existiu em toda a história da humanidade, e,

2º — estão vivos cerca de 80% dos cientistas que existiram desde os primórdios do mundo.

Por outro lado, desde a Revolução Industrial houve uma multiplicação das áreas científicas e tecnológicas decorrentes da ampliação, extensão, especialização e também da complexidade dos inventos e processos desenvolvidos após o século XVIII.

O número de publicações periódicas existentes nos assuntos de ciência e tecnologia deve girar hoje em torno dos 100.000 títulos; as revistas encarregadas de resumir e indexar os documentos primários atingem cerca de 2.000 títulos e, os bancos de dados bibliográficos ("data bases") ultrapassam a casa dos 500.

Acredita Anderla (9) que a produção de artigos científicos e tecnológicos sobre todos os assuntos, seja, nos nossos dias, da ordem de 2.000.000 por ano. Já entramos no que em 1948 foi denominado de era da "explosão bibliográfica".

É sabido que ciência não é um produto acabado de fácil aquisição, ao contrário da tecnologia da qual se podem importar os processos e as técnicas. O estágio de desenvolvimento científico e tecnológico de um país pode ser avaliado pelo volume de patentes registradas e pelo número de publicações dos autores científicos. Não temos ainda no Brasil uma tradição científica e tecnológica. Foi somente após a promulgação do *1º Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico* (I PBDCT), em 1972, complementado pelo II PBDCT, em 1974, é que se formalizou a preocupação de dar uma coordenação aos esforços de pesquisas em áreas tão cruciais para o desenvolvimento brasileiro. O desenvolvimento científico e tecnológico é reflexo da sociedade de países desenvolvidos e, no nosso caso, há um longo caminho a ser percorrido. Entretanto, para que este desenvolvimento ocorra é necessária a existência de um bom suporte de informação atualizada e relevante a fim de tornar possíveis as pesquisas, projetos e demais atividades realizadas nas áreas científicas e tecnológicas.

Este suporte, para que obtenha sucesso, terá que ser estruturado sob a forma sistêmica, pois, considerando que ainda estamos integrados no grupo dos países em desenvolvimento, haverá necessidade de utilização racional dos recursos financeiros, humanos e bibliográficos envolvidos no ciclo da informação.

Conforme Tânia Botelho afirma, "a política científica necessita constantemente de informação sobre a situação e dinâmica da realidade passada e presente a

fim de ter condições de elaborar planos realistas, projeções e previsões. A adequação dos sistemas de informação à realidade nacional constitui uma garantia para a sua desejada autonomia econômica e tecnológica” (10).

Aqui entra o importante papel a ser desempenhado pelos bibliotecários no sentido de fazerem ver, ao governo e instituições que lidam com pesquisa, que a área de informação é uma área que precisa ser dinamizada. O setor é carente de recursos humanos qualificados e os organismos de informação (bibliotecas, centros de documentação, etc.) ressentem de maior suporte financeiro e, principalmente, continuidade administrativa. A informação requerida pelos cientistas e tecnólogos, para ser utilizada no tempo, na quantidade e qualidade requeridos, custa dinheiro: portanto, é necessário investir nessa área a fim de que ela possa demonstrar seu efeito multiplicador.

Sabemos que a implantação de um sistema nacional de informação científica e tecnológica não é tarefa simples nem rápida. Sabemos também que no *II Plano Nacional de Desenvolvimento*, aprovado em 1974 (11), não constava, infelizmente, a idéia de um sistema nacional de informação — apesar de tal idéia já ter sido desenvolvida em dois documentos de planejamento governamental anteriores (12 e 13) apresentando, respectivamente, projetos quanto ao Sistema Nacional de Informações sobre Ciência e Tecnologia (SICT) e sobre o Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica (SNICT). Mais recentemente, o assunto voltou a ser ventilado no *II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — II PBDCT* (14) onde se afirma que a informação científica e tecnológica deveria ser organizada sob duas formas: centralizada e descentralizada. Esta mudança radical

poderá acarretar atrasos na formalização do tão necessário sistema nacional de informação.

Entretanto, nem tudo está perdido. Merece destaque o trabalho desenvolvido por bibliotecários e demais especialistas no Centro de Informações Nucleares (CIN) da Comissão Nacional de Energia Nuclear e vinculado ao INIS; do Sistema Nacional de Informação Rural (SNIR), em desenvolvimento na Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e vinculado ao AGRIS, e da rede da BIREME, vinculada à MEDLARS. Estes sistemas, à medida que vão sendo otimizados, servirão de exemplos (e possuirão "know-how" na automação da informação) para as outras áreas da informação, motivando-as no sentido de organizarem, com processos mais modernos, sua documentação específica. Assim, percorrendo talvez um caminho diferente, teremos, com algum atraso, o sistema nacional de informação científica e tecnológica.

Mas, os papéis a serem desempenhados pelos bibliotecários nas áreas científica e tecnológica não terminam aqui. Com o advento, no final dos anos sessenta, dos bancos de dados bibliográficos ("data bases"), muitos deles organizados por empresas comerciais, já está havendo, devido à concorrência comercial, a possibilidade de escolha de várias alternativas para se ter acesso à informação. A figura do "information broker" ou intermediário da informação, já comum nos Estados Unidos e Inglaterra, já está surgindo no Brasil, fazendo o novo e importante papel de elemento de ligação (ou contacto) entre o grande serviço de informação e o pequeno usuário.

Como se pode notar, à medida que vai evoluindo o setor de informação, novos e palpitantes papéis vão surgindo para serem preenchidos pelos bibliotecários.

3 — CONCLUSÃO

Vimos que o bibliotecário tem importantes papéis a desempenhar no atual momento brasileiro. Entretanto, ele deverá estar sempre atento às profundas mudanças que ocorrem no nosso mundo, precisa acompanhar a "era da descontinuidade" tão bem retratada por Peter Drucker (15), que está alterando a estrutura e o sentido da economia, da nação e da sociedade como um todo.

Entramos numa era onde o acesso e a utilização da informação tornaram-se o principal elemento da produtividade, da capacidade de competição e realização dos projetos programados. Daqui para frente, de forma cada vez mais acentuada estaremos entrando na sociedade do conhecimento. O bibliotecário, como um dos profissionais que cuidarão das tarefas de coletar, processar, armazenar, recuperar e disseminar a informação, ocupará lugar de destaque nesta nova sociedade. Mas, para que tal fato ocorra, é necessário que este profissional tenha sensibilidade para mudança e esteja preparado tecnicamente para exercer as novas funções decorrentes da evolução histórica.

Assim, para que possa ocupar seu lugar, deverá ser sempre um profissional aberto às novas idéias e métodos, de forma a poder atender às novas e maiores exigências inerentes ao trabalho com a informação.

Educational background of Brazilian librarians from the beginning of the Librarianship course of the Biblioteca Nacional through our days, and the influence of the job market. Library council and the professional legislation.

Technological, economic, political, and social factors responsible for the creation of national information systems.

BIBLIOGRAFIA

1. CUNHA, M.B. da. O bibliotecário brasileiro na atualidade. *R. Esc. Bibliotecon. UFMG* 5(2):185, set. 1976.
2. ————. Necessidades atuais de bibliotecários no Brasil. *R. Bibliotecon. Brasília* 2(1):15-34, jan./jun. 1974.
3. POLKE, A.M.A.; ARAÚJO, E.M.B. & CESARINO, M.A.N. *Análise do mercado de trabalho do bibliotecário em Belo Horizonte, Minas Gerais*. Belo Horizonte, UFMG, 1975. 43 p.
4. EVOLUÇÃO da população urbana e rural. *Almanaque Abril* 1977, p. 157.
5. MEDINA, C.A. & ALMEIDA, M.L.R. Estudo das condições culturais da realidade nacional. *América Latina* 16:123-166. 1973/1975.
6. BRASIL. Instituto Nacional do Livro. *Sistema Nacional de Bibliotecas*. Brasília, 1976. p. 2 mimeog.
7. MORAES, R.B. de. *O problema das bibliotecas brasileiras*. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1943. p. 60.
8. SOLLA PRICE, D.J. *Little science, big science*. New York, Columbia University Press, 1963. p. 1.
9. ANDERLA, G. *Information in 1985*. Paris, OECD, 1973. p. 16.
10. BOTELHO, T.M.G. A informação disponível em sistemas no Brasil. *Dados e idéias*, 1(6):57-62, jun./jul. 1976.
11. BRASIL. Leis, decretos, etc. Lei nº 6.151, de 4 de dezembro de 1974. II Plano Nacional de Desenvolvimento. *Diário Oficial*, 4 dez. 1974, retificado em 31 dez. 1974.
12. BRASIL. Presidência da República. *Metas e bases para a ação do governo*. Rio de Janeiro, IBGE, 1970. p. 118.
13. BRASIL. Leis, decretos, etc. Lei nº 5.727, de 4 de novembro de 1971. Plano Nacional de Desenvolvimento econômico e social 1972/74. *Diário Oficial* 8 nov. 1972, Supl. 1 ao nº 211.
14. BRASIL. Leis, decretos, etc. *Decreto nº 77.355, de 31 de março de 1976, II Plano Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (II PBDCT)*. São Paulo, Sugestões Literárias, 1976, p. 192-6.
15. DRUCKER, Peter. *Uma era de descontinuidade*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970. 473 p.

**ANEXO Nº 1 — CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA
(GRADUAÇÃO)**

AMAZONAS

- 1) Fundação Universidade do Amazonas

BAHIA

- 2) Universidade Federal da Bahia (f. 1942)

CEARA

- 3) Universidade Federal do Ceará

DISTRITO FEDERAL

- 4) Universidade de Brasília

ESPIRITO SANTO

- 5) Universidade Federal do Espírito Santo (f. 1974)

MARANHAO

- 6) Fundação Universidade do Maranhão

MINAS GERAIS

- 7) Fundação de Ensino Superior do Oeste de Minas
(f. 1968)

PARA

- 9) Universidade Federal do Pará (1963)

PARAIBA

- 10) Universidade Federal da Paraíba (f. 1970)

PARANA

- 11) Universidade Estadual de Londrina (f. 1973)
- 12) Universidade Federal do Paraná (f. 1952)

PERNAMBUCO

- 13) Universidade Federal de Pernambuco (f. 1950)

RIO GRANDE DO SUL

- 14) Universidade Federal do Rio Grande do Sul (f. 1974)
- 15) Universidade do Rio Grande

RIO DE JANEIRO

- 16) Associação Universitária Santa Úrsula
- 17) Centro de Ciências da Informação - FEFIERJ
- 18) Universidade Federal Fluminense

SANTA CATARINA

- 19) Universidade Federal de Santa Catarina
- 20) Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina

SÃO PAULO

- 21) Escola de Biblioteconomia e Documentação S. Carlos
- 22) Escola de Biblioteconomia e Documentação Mococa
- 23) Fundação Escola de Sociologia e Política
- 24) Faculdade de Biblioteconomia — Lorena
- 25) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - Catanduva
- 26) Faculdade de Biblioteconomia - Santo André
- 27) Universidade Católica de Campinas
- 28) Universidade Estadual Júlio Mesquita-Marília
- 29) Universidade de São Paulo

ANEXO Nº 2 — CONSELHOS REGIONAIS DE BIBLIOTECONOMIA

- 1ª Região (CRB-1) — sede: Brasília
Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Acre e Rondônia
- 2ª Região (CRB-2) — sede: Belém
Pará, Amazonas, Amapá e Roraima
- 3ª Região (CRB-3) — sede: Fortaleza
Ceará, Maranhão e Piauí
- 4ª Região (CRB-4) — sede: Recife
Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Fernando de Noronha
- 5ª Região (CRB-5) — sede: Salvador
Bahia e Sergipe
- 6ª Região (CRB-6) — sede: Belo Horizonte
Minas Gerais
- 7ª Região (CRB-7) — sede: Rio de Janeiro
Rio de Janeiro e Espírito Santo
- 8ª Região (CRB-8) — sede: São Paulo
São Paulo
- 9ª Região (CRB-9) — sede: Curitiba
Paraná e Santa Catarina
- 10ª Região (CRB-10) — sede: Porto Alegre
Rio Grande do Sul

ANEXO Nº 3 — POPULAÇÃO E BIBLIOTECARIOS

E S T A D O	População (1) 1976	Bibliotecários 1977	Relação Bibliot/Hab.
Distrito Federal	651,0	404	1/ 1.522
Goiás	3.889,4	12	1/324.116
Mato Grosso	2.097,3	4	1/524.325
Rondônia	147,0	—	—
Acre	256,4	—	—
Pará	2.626,1	157	1/ 16.727
Amazonas	1.120,1	95	1/ 11.790
Amapá	148,1	—	—
Roraima	49,7	—	—
Piauí	2.047,9	10	1/204.790
Maranhão	3.399,0	70	1/ 48.557
Ceará	5.252,7	119	1/ 44.140
Rio Grande do Norte	1.913,3	9	1/212.588
Paraíba	2.729,2	49	1/ 55.698
Fernando de Noronha	1,3	—	—
Pernambuco	5.993,4	330	1/ 18.162
Alagoas	1.872,7	3	1/624.233
Sergipe	1.011,5	10	1/101.150
Bahia	8.640,6	309	1/ 27.963
Minas Gerais	12.764,0	493	1/ 25.890
Espirito Santo	1.750,3	12	1/145.858
Rio de Janeiro	10.704,2	2.163	1/ 4.949
São Paulo	21.268,1	1.792	1/ 11.868
Paraná	8.791,4	191	1/ 46.028
Santa Catarina	3.450,7	10	1/345.070
Rio Grande do Sul	7.623,1	415	1/ 18.369
BRASIL	110.123,5	6.567	1/ 16.542

FONTES: (1) Anuário Estatístico do Brasil 1976

(2) Conselho Federal de Biblioteconomia, maio/1977